



1º Simulado PC PB

Escrivão - Pós-Edital

Simulado

1º Simulado PC PB – Escrivão - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da PCPB;
- 2 – A prova contém **80 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da PCPB.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PCPB-Escrivão-23-10-2021>

01 - ABCDE	17 - ABCDE	33 - ABCDE	49 - ABCDE	65 - ABCDE
02 - ABCDE	18 - ABCDE	34 - ABCDE	50 - ABCDE	66 - ABCDE
03 - ABCDE	19 - ABCDE	35 - ABCDE	51 - ABCDE	67 - ABCDE
04 - ABCDE	20 - ABCDE	36 - ABCDE	52 - ABCDE	68 - ABCDE
05 - ABCDE	21 - ABCDE	37 - ABCDE	53 - ABCDE	69 - ABCDE
06 - ABCDE	22 - ABCDE	38 - ABCDE	54 - ABCDE	70 - ABCDE
07 - ABCDE	23 - ABCDE	39 - ABCDE	55 - ABCDE	71 - ABCDE
08 - ABCDE	24 - ABCDE	40 - ABCDE	56 - ABCDE	72 - ABCDE
09 - ABCDE	25 - ABCDE	41 - ABCDE	57 - ABCDE	73 - ABCDE
10 - ABCDE	26 - ABCDE	42 - ABCDE	58 - ABCDE	74 - ABCDE
11 - ABCDE	27 - ABCDE	43 - ABCDE	59 - ABCDE	75 - ABCDE
12 - ABCDE	28 - ABCDE	44 - ABCDE	60 - ABCDE	76 - ABCDE
13 - ABCDE	29 - ABCDE	45 - ABCDE	61 - ABCDE	77 - ABCDE
14 - ABCDE	30 - ABCDE	46 - ABCDE	62 - ABCDE	78 - ABCDE
15 - ABCDE	31 - ABCDE	47 - ABCDE	63 - ABCDE	79 - ABCDE
16 - ABCDE	32 - ABCDE	48 - ABCDE	64 - ABCDE	80 - ABCDE

PORTUGUÊS

Janaína Arruda / Patrícia Manzato

Texto 1A1-I

Quando acordamos em nossa cama, dentro da nossa casa, fazemos nossa refeição, saímos para trabalhar ou para estudar, estamos praticando direitos. Todos eles fundamentais: moradia, alimentação, trabalho e educação. São esses direitos que vão garantir a dignidade humana. Só que quantas milhares de pessoas vivem à margem deles?

Sem qualquer risco de incorrer em tese discursiva, sei que muitos entram na política exatamente porque percebem que não basta se indignar, é preciso fazer um pouco mais. Ainda que o pouco possa ser muitas vezes insuficiente, ainda assim é melhor do que ficar só na indignação. Foi com esse propósito que entrei na vida pública aos 32 anos de idade. Lá se vão algumas décadas e alguns fios de cabelo (muitos fios escuros, inclusive), mas se tem algo que nunca permiti que me escapasse é a esperança. Alguns se amarguram no meio do caminho, desistem, acham que é muita briga para comprar e pouco resultado para dar. Pode até ter um fundo de verdade nisso, mas, ao longo da minha caminhada, eu vi muitos que lutaram a vida toda para ver a mudança chegar na vida de um tanto de gente. Então, foi também com aquela mesma indignação que me coloca na zona de desconforto e me faz aceitar novos desafios.

Há também nesta decisão um grande senso de missão, que tem uma conotação teológica, mas ironicamente, é um conceito que também transcende a sua referência. Missão é trabalho, é um compromisso formal que ultrapassa os limites de tempo e espaço. Quando digo isso, lembro que trabalho e emprego se limitam a um local e a um tempo, já uma missão não tem limites no tempo ou no espaço.

Carlos Bezerra Júnior (Disponível em

<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/tribuna/2021/Admir%C3%A1vel-mundo-novo-os-desafios-que-se-imp%C3%B5em>

Adaptado)

Considerando as ideias, os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Infere-se do texto que a visão do autor:

- a) se restringem ao campo político.
- b) referem-se apenas à garantia de direitos.
- c) estendem-se para além de um trabalho na política.
- d) a política não pode se comparar a uma missão de vida.
- e) não permite uma reflexão sobre a sociedade.

02. A alternativa abaixo que apresenta a partícula “se” com a mesma função em “porque percebem que não basta se indignar” é:

- a) *Lá se vão algumas décadas e alguns fios de cabelo*
- b) *mas se tem algo que nunca permiti*
- c) *Alguns se amarguram no meio do caminho*
- d) *Quando se tem tudo, é difícil não pensar em nada.*
- e) *Começa-se a encarar a decisão como única e difícil.*

03. O uso no 1º parágrafo de pronomes pessoais na 1ª pessoa do plural tem o objetivo de

- a) distanciar o autor, de forma a construir um texto impessoal.
- b) aproximar o autor do leitor.
- c) apresentar as impressões do autor.
- d) divergir da realidade atual
- e) informar o leitor sobre a decisão do autor

04. No trecho “Ainda que o pouco possa ser muitas vezes insuficiente” (2º parágrafo), sem comprometer a correção gramatical e o sentido do texto, é possível a substituição de “ainda que” por

- a) mesmo que
- b) assim que.
- c) porque
- d) já que
- e) pelo que

05. O último parágrafo traz uma comparação explícita entre

- a) decisão e missão.
- b) conotação e referência.
- c) tempo e espaço.
- d) trabalho e emprego.
- e) missão e trabalho.

06. As vírgulas empregadas no trecho “Alguns se amarguram no meio do caminho, desistem, acham que é muita briga para comprar e pouco resultado para dar” têm a finalidade de

- a) marcar oposição.
- b) dar sequência às ações.
- c) explicitar uma adversidade.
- d) esclarecer causa e consequência.
- e) apresentar conformidade de ideias.

Texto 1A2-I

A Paraíba registrou uma diminuição no número de estudantes devidamente matriculadas em escolas do estado na Educação Básica, se comparado o período entre 2016 e 2020. No último levantamento antes desse, a Paraíba tinha 1.004.162 estudantes matriculados em escolas públicas e privadas, contra 947.860 em 2020. Uma redução de 56.302 matrículas, ou 5,6%.

A informação está no Censo da Educação Básica 2020 do Estado da Paraíba, que foi publicado recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O problema, contudo, pode ser ainda pior.

O Inep explica que os dados consideraram os números até 11 de março do ano passado, o que considera o momento imediatamente anterior à suspensão das aulas presenciais por causa da pandemia de Covid-19, de forma que não possibilita uma análise sobre os efeitos da pandemia na questão.

O próprio Instituto, a propósito, faz esse alerta na apresentação do estudo, ao destacar que “a leitura das informações do Censo Escolar 2020 deve sempre ser realizada com cuidado, não sendo possível observar o impacto da pandemia da Covid-19 nos dados educacionais coletados”.

Disponível em <
<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2021/08/09/paraiba-registra-reducao-no-numero-de-matriculados-na-educacao-basica-segundo-o-inep.ghtml>>

Com relação aos aspectos linguísticos desse texto, julgue os itens a seguir.

07. De acordo com o texto, os dados de educação na Paraíba

- a) são preocupantes frente a cinco anos atrás.
- b) encorajam os jovens a estudar.
- c) mostram pioneirismo do estado na educação.
- d) apresentam informações contraditórias.
- e) ajudam a entender os impactos da pandemia.

08. O texto apresenta características que permitem classificá-lo como:

- a) informativo.
- b) descritivo.
- c) dissertativo-expositivo.
- d) injuntivo.
- e) dissertativo-argumentativo

09. A expressão “com cuidado” em “a leitura das informações do Censo Escolar 2020 deve sempre ser realizada com cuidado” (3º parágrafo) exerce a mesma função sintática da palavra ou expressão sublinhada em:

- a) Estudava rápido demais para poder aproveitar o tempo livre;
- b) Atirou-se instintivamente nos desafios da vida;
- c) Preparo-me fisicamente com constância;
- d) O material foi desenvolvido para um público seleto;
- e) Vive-se bem no interior do país.

10. A oração “*não sendo possível observar o impacto da pandemia da Covid-19 nos dados educacionais coletados*” (4º parágrafo) exerce, em relação ao trecho anterior, a função de

- a) tempo.
- b) consequência.
- c) concessão.
- d) conformidade.
- e) explicação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são de paraibanos. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são paraibanas. Escolhendo aleatoriamente 1 servidor dessa empresa e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser paraibano é igual a

- a) $1/3$.
- b) $31/48$.
- c) $5/6$.
- d) $3/11$.
- e) $7/8$.

O enunciado abaixo refere-se às questões 12 e 13.

Lúcia, uma estudiosa moça, passou para a PC PB em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para 4 amigos. Karina, na verdade, possui 12 amigos, mas, por enquanto, só possui dinheiro para oferecer um jantar para 4 deles. Dentre os seus 12 amigos estão Karina e Mauro (o namorado da Karina).

12. Certa noite, supondo-se que Karina e Mauro só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Lúcia é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

13. Outra noite, supondo-se que Karina e Mauro tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

14. Os diâmetros de arruelas são normalmente distribuídos com média μ igual a 10 centímetros. Observa-se que 84% das peças da população possuem um diâmetro inferior a 12,5 centímetros.

Dados: Escore reduzido da curva normal padrão (Z) tal que a probabilidade $P(0 < Z < z) = \alpha$.

z	0,84	1,00	1,28	1,56	1,64
α	0,30	0,34	0,40	0,44	0,45

Se 80% das arruelas possuem um diâmetro superior a D centímetros, então, D é igual a

- a) 6,5.
- b) 6,7.
- c) 7,4.
- d) 7,9.
- e) 8,1.

15. Através de uma amostra de 100 servidores de determinado órgão, estimou-se um salário médio amostral de R\$ 4.000,00. Dessa forma, o intervalo de confiança para o salário médio de todos os servidores foi $4.000,00 \pm 160,00$, com um certo grau de confiança. Se tivéssemos obtido o mesmo dado amostral com uma amostra de 400 servidores, o intervalo de confiança (com o mesmo grau de confiança) seria dado por:

- a) $4.000,00 \pm 80,00$
- b) $4.000,00 \pm 70,00$
- c) $4.000,00 \pm 60,00$
- d) $4.000,00 \pm 50,00$
- e) $4.000,00 \pm 40,00$

16. Uma fabricante de móveis afirma que os móveis que ele produz duram em média 50 meses. Para testar essa hipótese, foram selecionados ao acaso 16 móveis produzidos pelo fabricante, registrados seus tempos de duração X_1, X_2, \dots, X_{16} e calculados os valores

$$\sum x_i = 640 \text{ e } \sum x_i^2 = 29440.$$

O valor da estatística teste é:

- a) -1,8.
- b) -2,2.
- c) -2,3.
- d) -2,5.
- e) -3,2.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

17. De acordo com a CF, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

- a) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal.
- b) Como decorrência da inviolabilidade do direito à liberdade religiosa, a CF assegura o direito à escusa de consciência, desde que adstrito ao serviço militar obrigatório.
- c) São brasileiros natos os nascidos, no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente.
- d) O sigilo das comunicações telefônicas poderá ser violado, por ordem de ministro de Estado, para instrução de processo administrativo disciplinar.
- e) O princípio da unicidade sindical veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um estado.

18. As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, subordinam-se

- a) aos governadores de estado e à União.
- b) somente ao governador do Distrito Federal e dos territórios.
- c) ao governador do Distrito Federal e aos governadores de estado e dos territórios.
- d) à União e ao governador do Distrito Federal e dos territórios.
- e) somente aos governadores de estado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thálius Moraes

19. Considerando as regras aplicáveis aos entes da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) a criação de subsidiárias de empresas públicas deve ser precedida de autorização legislativa.
- b) Para que uma sociedade empresarial seja considerada uma sociedade de economia mista, basta que o controle acionário esteja em mãos do poder público.
- c) Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
- d) As autarquias submetem-se ao controle hierárquico denominado supervisão ministerial.
- e) A aquisição da personalidade jurídica das fundações públicas de direito público ocorrerá com o registro de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente.

20. Ao aplicar uma multa a determinada sociedade empresária que tenha descumprido uma cláusula de contrato administrativo celebrado com a Administração, a autoridade administrativa fará uso do poder

- a) de polícia.
- b) disciplinar.
- c) hierárquico.
- d) regulamentar.
- e) de polícia judiciária.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

21. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

22. Sobre o crime de aborto, assinale a assertiva correta.

- a) O aborto provocado é considerado crime pelo direito brasileiro, não existindo hipóteses de exclusão da ilicitude.
- b) por força de interpretação jurisprudencial, realizar aborto de feto anencéfalo não é crime.
- c) O aborto provocado será permitido quando for praticado para salvar a vida da gestante ou quando se tratar de gravidez decorrente de estupro.
- d) não se caracteriza o crime de aborto provocado por terceiro aquele praticado pelo médico, se a gravidez resulta de estupro, ainda que sem o consentimento da gestante capaz.
- e) As penas quanto ao crime de provocar aborto, sem o consentimento da gestante são duplicadas, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave.

23. Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.

- a) Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- b) Concussão, injúria e dano.
- c) Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.
- d) Homicídio, lesão corporal e peculato.
- e) Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.

24. Quanto ao crime de homicídio, é circunstância qualificadora do crime:

- a) o abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.
- b) ser contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.
- c) o estado de embriaguez preordenada.
- d) ser contra mulher por razões da condição de sexo feminino.
- e) a reincidência.

25. Em relação ao crime de estupro de vulnerável, é questão pacificada no Direito Penal

- a) a irrelevância do consentimento da vítima para a prática do ato, bem como sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.
- b) o critério exclusivo de vulnerabilidade pela idade da vítima, menor de 14 anos.
- c) que a vítima do sexo masculino não pode ser sujeito passivo do delito em análise.
- d) que o desconhecimento da lei exclui a tipicidade delitiva.
- e) que a pena é duplicada se o agente exercer autoridade sobre a vítima.

26. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

- a) não se equipara a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce emprego em entidade paraestatal.
- b) o funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal, pratica o crime de condescendência criminosa.

c) no crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

d) pratica o delito de prevaricação o funcionário público que deixar, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

e) não constitui crime contra a Administração Pública abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

27. Sobre a infração penal, analise as assertivas abaixo e assinale a CORRETA.

- a) Somente os bens materiais poderão ser objeto de infração penal.
- b) O sujeito ativo de uma infração penal é o titular do bem jurídico prejudicado.
- c) A infração penal somente poderá ser cometida por pessoa física.
- d) O Estado ininterruptamente será sujeito passivo formal de um crime.
- e) Não poderá ser cometida de forma independente por um agente.

28. A respeito da imputabilidade penal, julgue os itens a seguir.

- a) O deficiente mental inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato é inimputável.
- b) A embriaguez culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.
- c) Para o menor de 18 anos, nosso Código Penal adotou o sistema psicológico.
- d) A emoção exclui a imputabilidade penal.
- e) é isento de pena o agente que, em virtude de perturbação da saúde mental, não era inteiramente incapaz de entender ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

29. Assinale a alternativa que contém afirmação em consonância com o quanto previsto no Código Penal Brasileiro.

- a) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter accidental, salvo quando elementares do crime.
- b) A autoria colateral ocorre quando dois agentes, conhecendo a conduta um do outro, agem convergindo para o mesmo resultado, que se realiza por conta de um só dos comportamentos ou em virtude dos dois comportamentos.
- c) No concurso de agentes, se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- d) A teoria do domínio de fato impede a aceitação da figura do partícipe.
- e) a teoria sobre concurso de agentes adotada pela legislação penal brasileira, em regra, é a dualista.

30. Analise as assertivas e assinale a que está de acordo com o Código Penal:

- a) Aquele que deixa de recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público comete crime de sonegação de contribuição previdenciária.
- b) O crime de apropriação indébita (CP, art. 168) apenas tem como objeto material a coisa alheia móvel, sendo impossível falar-se em apropriação indébita de imóvel.
- c) Especificamente aos crimes cometidos contra o patrimônio, é isento de pena quem comete o crime de furto simples contra ascendente maior de 60 anos.
- d) no crime de furto se admite a forma culposa, hipótese em que haverá a aplicação somente de sanção pecuniária.
- e) Roubo e extorsão são crimes que admitem, em sua execução, o emprego de violência física ou moral, bem como qualquer outro meio apto a reduzir a vítima à impossibilidade de resistência.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

31. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.
- b) Excepcionalmente, o delegado de polícia poderá arquivar o Inquérito Policial quando constatar a atipicidade do fato.
- c) Mesmo diante de inquéritos policiais que investigam fatos atípicos, o delegado de polícia não poderá arquivá-los, salvo quando extinta a punibilidade.
- d) O arquivamento do inquérito policial é ato complexo que envolve, portanto, a manifestação de dois órgãos.
- e) Para que o Inquérito Policial seja arquivado, é necessária requisição do delegado ao Juiz, o qual arquivará independente de prévia manifestação do Ministério Público.

32. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) A Polícia Administrativa tem como funções precípuas o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.
- c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.

- d) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.
- e) Os autos do Inquérito Policial devem ser escritos, no entanto as diligências orais não precisam ser reduzidas a termo.

33. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) o inquérito policial é conduzido pelo escrivão.
- b) somente a autoridade policial e seus agentes podem efetuar a captura em flagrante.
- c) a autoridade policial determina as diligências no inquérito policial somente quando há autorização judicial.
- d) o inquérito policial é um procedimento de natureza judicial inquisitório.
- e) todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

34. Sobre o tema Inquérito Policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciada sem ela.
- b) Acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) O despacho que indeferir o requerimento de abertura do Inquérito Policial não comporta nenhum recurso.
- d) É um procedimento solene, haja vista exigir formalidades na sua elaboração.
- e) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.

35. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- c) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.
- d) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, mas não precisarão responder aos quesitos formulados.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

36. Acerca da Prova no Processo Penal, julgue os itens abaixo.

- 1. Os peritos não oficiais não precisarão prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

2. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso técnico e, na falta deste, o exame será realizado por 02 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

3. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

37. De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- a) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto.
- b) O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos.
- c) O depoimento será prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.
- d) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, tal fato não precisará ser consignado no termo.
- e) A regra no processo penal é a realização do interrogatório do réu preso na sede do juízo em sala própria de audiência.

38. Tendo em vista o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) Não há crime, quando a postergação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- b) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.
- c) Nas hipóteses de crime permanente, a prisão em flagrante é possível quando cessar a permanência da infração.
- d) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o procedimento investigatório no prazo de 5 dias.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

39. Acerca do tema Prisão, assinale a alternativa correta.

- a) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

40. Em relação às prisões e o inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

1. O prazo da prisão temporária será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
2. Acerca do cumprimento de mandado de prisão à luz do Código de Processo Penal, podemos afirmar que o emprego de força física somente poderá ser utilizado caso o preso tente empreender fuga.
3. Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

**NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR À
MATÉRIA PENAL E PROCESSUAL PENAL**

Antônio Pequeno

41. Conforme dispõe a Lei Federal n.º 12.037/09, embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando

- a) à autoridade policial julgar conveniente.
- b) o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação.
- c) assim determinar o representante do Ministério Público.
- d) a critério do responsável pela apresentação de preso.
- e) o investigado comparecer ao distrito policial portando somente a carteira de trabalho.

42. Ulisses, auditor fiscal do município, em auditoria realizada na empresa Skintrade Confecções, constatou irregularidades fiscais no referido estabelecimento. A pretexto de reduzir ou perdoar as referidas dívidas junto ao fisco municipal, exigiu do proprietário da confecção determinado valor em dinheiro. Nesta hipótese, Ulisses cometeu crime

- a) funcional contra a ordem tributária.
- b) de prevaricação.
- c) de condescendência criminosa.
- d) de corrupção ativa.
- e) de excesso de exação.

43. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se

- a) transação penal.
- b) pena de prestação pecuniária.
- c) suspensão condicional da pena.
- d) suspensão condicional do processo.
- e) pagamento isolado de pena de multa

44. Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei n.º 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto. Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:

- a) o crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato;
- b) o crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo;
- c) a retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei n.º 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia;
- d) a pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei n.º 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos;
- e) os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena aplicada, não admitem suspensão condicional da pena.

45. Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.
- d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.
- e) Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens

46. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

47. De acordo com a Lei nº 10.826/03 (estatuto do desarmamento), o sujeito que for preso em via pública portando arma de fogo, que não contém mecanismo de acionamento, terá sua conduta considerada como atípica em razão do instituto

- a) da legítima defesa.
- b) do crime impossível.
- c) do erro sobre elementos do tipo.
- d) da discriminante putativa.
- e) da relação de causalidade.

48. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão no local de trabalho de João, que era um estabelecimento comercial de sua propriedade e de sociedade em que figurava como administrador e principal sócio, foram apreendidas duas armas de fogo, de calibre permitido, com numeração aparente, devidamente municadas. João esclareceu que tinha as armas para defesa pessoal, apesar de não possuir autorização e nem registro das mesmas. Diante disso, foi denunciado pela prática de dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei nº 10.826/03), em concurso material. No momento de aplicar a sentença, o juiz deverá reconhecer que:

- a) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso material;
- b) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso formal;
- c) ocorreram dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido em concurso formal;
- d) ocorreu crime único de porte de arma de fogo de uso permitido, afastando-se o concurso de delitos;
- e) ocorreu crime único de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12, Lei nº 10.826/03), afastando-se o concurso de delitos.

49. Em inovação legislativa, a Lei nº 11.343/06, em seu art. 33, §4º, trouxe a figura do tráfico privilegiado, em especial para mitigar a severa punição do tráfico de drogas para o chamado "traficante de primeira viagem". Sobre as previsões da Lei nº 11.343/06 sobre o tema e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) a condenação por tráfico, ainda que privilegiado e com pena inferior a 4 anos, não permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;
- b) o benefício do tráfico privilegiado poderá ser aplicado ainda que o agente seja, também, condenado pelo crime de associação para o tráfico;
- c) a quantidade de drogas poderá ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas não a natureza do material apreendido;
- d) o regime inicial de cumprimento de pena, diante do tráfico privilegiado, deverá ser necessariamente o fechado;
- e) o tráfico privilegiado poderá ser reconhecido mesmo diante da figura do tráfico majorado.

50. Quanto aos crimes de tortura, correto afirmar que

- a) punível aquele que se omite em face da tortura, ainda que sem o dever legal de evitá-la ou apurá-la.
- b) todos são classificados como próprios, segundo expressa disposição legal.
- c) o condenado sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
- d) sujeito à jurisdição penal brasileira o estrangeiro que venha a torturar brasileiro fora do território nacional.

e) a condenação acarretará a interdição de cargo, função ou emprego público pelo triplo do prazo da pena aplicada.

51. A respeito da Lei nº 9.455/1997 (Lei da Tortura), assinale a alternativa correta.

a) A consumação se dá com o emprego de meios violentos, ocasionando sofrimento físico ou mental, englobando, inclusive, o mero aborrecimento, o qual é apto a configurar o crime de tortura.

b) A tortura-castigo exige uma relação de guarda, poder ou autoridade entre o sujeito ativo e o passivo.

c) A diferenciação entre a tortura e os maus-tratos é o elemento subjetivo. No crime de maus-tratos, não há o *animus corrigendi, disciplinandi*, já no crime de tortura, o agente tem esse ânimo, além de agir com ódio, com vontade de ver um sofrimento desnecessário, com sadismo.

d) O objeto jurídico tutelado pela norma penal no crime de tortura é apenas a integridade corporal e a saúde física.

e) O dolo específico não constitui elemento fundamental para a configuração das modalidades do crime de tortura previstas no art. 1º da Lei nº 9.455/1997.

52. A Lei dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90), embora não forneça o conceito de crime hediondo, apresenta um rol dos crimes que se enquadram em seus dispositivos, entre os quais se pode destacar

a) instigação ao suicídio.

b) lesão corporal de natureza grave.

c) incêndio qualificado pela morte.

d) extorsão mediante sequestro.

e) violação sexual mediante fraude.

53. A Lei de Crimes Hediondos (Lei n.º 8.072/90) dispõe que será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal (Associação Criminosa), quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo. Nessa hipótese, o participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento,

a) deverá cumprir a pena em estabelecimento distinto dos demais participantes.

b) deixará de responder pelo referido crime.

c) terá a pena reduzida de um a dois terços.

d) terá a pena anistiada pelo Presidente da República.

e) terá sua pena convertida para prestação de serviços à comunidade.

54. Carlito estava portando droga para consumo próprio sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Essa conduta, segundo a Lei sobre Drogas (Lei n.º 11.343/06), pode submeter Carlito, entre outras, às seguintes penas:

a) prisão e prestação de serviços à comunidade.

b) advertência sobre os efeitos das drogas e prestação de serviços à comunidade

c) medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e detenção

d) cassação dos direitos políticos e advertência sobre os efeitos das drogas.

e) multa e reclusão.

55. De acordo com a lei 10741/2003 (Estatuto do Idoso), marque alternativa incorreta:

- a) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, sendo aplicado os [arts. 181 e 182 do Código Penal](#).
- b) É crime discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:
- c) É crime deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:
- d) É crime abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:
- e) É crime expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

56. Em relação a redes de computadores, julgue os itens a seguir

- a) A intranet pode ser considerada a extensão da LAN da empresa.
- b) A WAN é a rede metropolitana e possui a abrangência de uma cidade.
- c) A LAN é a rede local, apresenta um pequeno alcance e, por isso, conecta uma pequena quantidade de máquinas.
- d) a Man é a rede metropolitana e possui a abrangência de uma cidade
- e) A WAN é a rede de longa distância e é bastante por isso não deve ser utilizada nas Intranets

57. Analise as alternativas abaixo:

- I - O SMTP é o protocolo indicado para prover o serviço confiável de transferência de dados em formulários de dados no caso de o usuário estar trafegando em sítios da Internet, por exemplo.
- II- O POP é o protocolo responsável pela troca de arquivos entre computadores.
- III – O IMAP é o protocolo de email usado comumente em WebMail e a leitura das mensagens, por padrão, é realizada no servidor.

Está (ão) correta (a):

- a) I e II.
- b) Apenas a II.
- c) Apenas a III
- d) Apenas a I
- e) Todas

58. Sobre Modelos de Referência julgue os itens que seguem:

- a) O Modelo OSI é meramente referencial e não apresenta implementação prática
- b) O Modelo OSI é definido pelo IEEE e largamente utilizado em redes de grande porte com armazenamento de dados em Mainframe
- c) O Modelo OSI implementa protocolos para as camadas de apresentação e sessão que são típicas dele.
- d) O Modelo OSI teve o seu suplantado pela popularização da Internet e o uso do modelo TCP/IP
- e) O Modelo OSI não teve seu desenvolvimento estimulado por ser um modelo proprietário.

59. André verificou que a sua máquina estava com problemas de conexão e solicitou suporte técnico da empresa que lhe fornece o serviço. Durante o procedimento ele descobriu que o endereço da sua máquina é o 192.168.82.25.

Com base nas informações acima, podemos deduzir que:

- a) A máquina possui um endereço classe B.
- b) A máquina possui um endereço classe C e está conectada em uma rede privada.
- c) A máquina possui um endereço classe C e está conectada em uma rede pública.
- d) A máquina possui um endereço classe A e pertence a uma pequena organização.
- e) A máquina possui um endereço classe B e está conectada em uma rede pública.

60. Programa colocado na máquina do usuário pelo servidor do site com o intuito de facilitar o retorno do usuário ao mesmo site é:

- a) Spyware
- b) Ransomware.
- c) Phishing
- d) Pharming.

e) Cookie.

61. O Certificado Digital é um código que identifica o usuário como único e possui regulamentação para seu uso no país. Acerca dele, é correto afirmar que:

- a) A autoridade certificadora é responsável por registrar a solicitação do certificado..
- b) O registro de solicitação do certificado, devido aos problemas causados pela pandemia, pode ser feito on-line
- c) A autoridade certificadora raiz não emite certificado digital.
- d) O ICP Brasil é o responsável pela geração de certificados digitais
- e) O certificado A2 é um arquivo que o usuário deve fazer download.

62. Em relação as fases do Sistema de Informação, a fase de Implantação é seguida por qual:

- a) Projeto.
- b) Coleta de Requisitos.
- c) Planejamento.
- d) Teste.
- e) Operação.

63. No que diz respeito a teoria da informação:

- a) o conhecimento é extraído da inteligência.
- b) o dado é o elemento mais abstrato não tendo uma conjuntura associada.
- c) a inteligência é adquirida com a informação.
- d) o conhecimento é armazenado em bancos de dados ou SGBDs
- e) a informação é geralmente tácita e adquirida ao longo da vida.

64. O elemento responsável por representar um relacionamento entre duas tabelas é:

- a) Chave primária
- b) View.
- c) Índice.
- d) Chave estrangeira.
- e) Primary Key.

65. Sobre Big Data

- I. É uma tecnologia baseada em 3 Vs: Variedade, Vulnerabilidade e Volume
- II. Busca mapear dados não estruturados e estruturados para dados estruturados
- III. Utiliza técnicas de mineração de dados e aprendizado de máquina para realizar a análise de dados e descoberta de novos padrões

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) II, III
- b) I, III
- c) III, II
- d) I, II, III,
- e) Nenhuma das alternativas

66. Sobre o Windows responda:

- a) É um Sistema Operacional de código aberto e amplamente utilizado.
- b) Apresenta um Kernell e um Shell gratuitos e que podem ser personalizados.
- c) Apresenta uma versão que busca unificar funcionalidades de desktop e dispositivos móveis.
- d) Não pode ser utilizado na plataforma Intel.
- e) É desenvolvido pela Apple.

67. O comando no Linux responsável por listar os processos que estão sendo executados no momento é:

- a) mkdir
- b) free.
- c) netconf
- d) ps.
- e) last.

68. No Word a colocação de numeração de linha no texto é acessada através de um menu presente na guia:

- a) Página Inicial
- b) Inserir.
- c) Revisão
- d) Layout.
- e) Exibir.

69. Das letras abaixo marque aquela que não é um elemento básico do DC (Dublin Core), padrão de metadados usado para informações digitais:

- a) owner
- b) Title.
- c) Format
- d) Date.
- e) Relation.

70. Das letras abaixo marque aquela que não é uma característica do Python:

- a) Case Sensitive
- b) Declaração estática de variáveis.
- c) Multiplataforma
- d) Multiparadigma.
- e) Alto Nível.

RQUIVOLOGIA

Ricardo Campanario

71. Uma característica dos documentos de arquivo que os torna inerentemente verdadeiros é o(a):

- a) naturalidade.
- b) organicidade
- c) autenticidade
- d) cumulatividade
- e) imparcialidade.

72. O princípio arquivístico segundo o qual os documentos acumulados por pessoa física ou jurídica não podem ser misturados a conjuntos documentais produzidos e(ou) recebidos por outras pessoas ou organização é o

- a) princípio da proveniência.
- b) princípio da cumulatividade
- c) princípio do respeito a ordem original
- d) princípio da pertinência.
- e) princípio da naturalidade

73. A colocação de determinado documento no seu lugar de origem, dentro de fundo de onde provém, obedece ao princípio:

- a) do respeito a ordem original.
- b) da proveniência.
- c) do respeito aos fundos
- d) da pertinência
- e) da cumulatividade

74. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) prevê a existência de oito áreas, que compreendem vinte e oito elementos de descrição, sendo sete deles obrigatórios. Entre esses sete elementos obrigatórios, está(ão)

- a) a proveniência
- b) a procedência
- c) a dimensão e o suporte
- d) a avaliação, a eliminação e a temporalidade
- e) o conteúdo

75. A gestão de documentos contribui para as funções arquivísticas, de modo que

- a) sejam eliminados documentos em todo o ciclo de vida documental.
- b) apenas os documentos com valor primário sejam organizados.
- c) documentos de valor secundário sejam custodiados de forma definitiva em arquivos temporários.
- d) os documentos sejam avaliados como de guarda permanente.
- e) as políticas e atividades dos governos sejam documentadas adequadamente.

76. Assinale a opção em que é indicado o órgão responsável pela realização do processo de avaliação dos documentos produzidos e(ou) recebidos pelos órgãos do Poder Judiciário.

- a) Câmara Técnica de Avaliação do Conselho Nacional de Arquivos
- b) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
- c) CONARQ
- d) Comissão de Avaliação de Documentos do Tribunal de Justiça
- e) Comissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo SIGA

77. A classificação de documentos de arquivo é determinada

- a) pelo tema do assunto.
- b) pela ordenação alfabética
- c) pelas funções e atividades da instituição.
- d) pelo ato de recebimento ou pela expedição.
- e) pela proveniência do documento.

78. O instrumento técnico utilizado para a classificação de documentos em arquivos é o(a).

- a) tabela de temporalidade
- b) catálogo seletivo
- c) relação de eliminação
- d) quadro de arranjo
- e) plano de destinação

79. O instrumento de pesquisa que descreve conjuntos documentais ou partes do fundo de arquivo é

- a) tabela de temporalidade
- b) inventário
- c) catálogo

d) plano de classificação

e) guia

80. A função arquivística que se relaciona diretamente ao acesso a documentos é a função de

- a) descrição
- b) avaliação
- c) preservação
- d) criação
- e) aquisição

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCPB-Escrivão-23-10-2021>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>